

ATA DA 23ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2016/2018 DO COMDEMA
REALIZADA EM CINCO DE SETEMBRO DE 2018.

No dia cinco do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a vigésima terceira Reunião Ordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA, no Auditório Ozires Silva da Universidade São Judas Campus UNIMONTE – Bloco 5 – Rua Comendador Martins, 52 – Vila Mathias, Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 - Leitura, discussão e aprovação da Ata da 22ª Reunião Ordinária; 2 - São Judas - Campus Unimonte – Boas vindas; 3 - Revisão do Regimento Interno; Projeto da Nova Entrada de Santos e dos Corredores de Ônibus – SEGOV – Wagner Ramos; 5 - Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista - (CBH BS) - Exposição dos assuntos debatidos nas Câmaras Técnicas – Marcio Gonçalves Paulo – SEMAM; 6 - Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima – Informes sobre os Trabalhos Desenvolvidos Coordenador – Marcos Libório – SEMAM; 7 - Comunicados da Secretaria; 8 – Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: Marcio Gonçalves Paulo (SEMAM II), Telma da Conceição Domingues Ales (SEDUC), Alexandre Magno J. Marques (SEFIN); Romilda Lorenzo Gomes (SETUR); Luciana Castro (SIEDI), Ricardo Salgado Silva (SAPIC); Ednaldo Cirino dos Santos (SESERP); Renato Carvalho (CET), Fernando Cortez (UNISANTA), Mariângela Oliveira de Barros (UNIMONTE); Thaís Carezato de O. Markevich (CIESP), Alba Maria G. Kannebley (ACS), Ademar Salgosa Junior (CREA), Domingos Mariotti Tringalli (AEAS), João Guedes Neto (Sindicato Engenheiros), Patrícia Trindade do Val (OAB), Fábio Antonio Boturão Ventriglia (ASSURF), Renato Prado e Ibrahim Tauil (CONCIDADANIA). Ausência justificada: SEMAM I, SEMES, SMS, SEDURB, PRODESAN, UNILUS. Ausentes: SESEG, SEDS, SECULT, COHAB, FATEC, UNISANTOS, ABES, Ecofaxina; Fundação Mokiti Okada, Clube Soroptimista Internacional de Santos e COMEB. Convidados: Secretário de Meio Ambiente Marcos Libório, Gláucia dos Santos Reis; Eduardo Kimoto Hosokawa (SEDURB); Wagner Ramos (PMS-GPM); Ricardo Romano Fernandes (SEGOV), Caetano Valentim Martire, Gabriela Haydée de Castro Nogueira e Caroline Conceição dos Santos (ASS); Marco Antonio Francisco e Dionísio Matheus Andrade (Fórum da Cidadania); Elenilda Pereira da Silva e Wolney José Pinto (AEAS); Maria Fernanda Palanch, Bruno Leonelle Garrote, Felipe Silvestre do Prado Silva; Kamylla Stefanny de Sousa Camelo; Dueyne das Graças Silva Maio (UNIMONTE); Douglas Fernando Morelli Meratti (DSFER). O Presidente deu início à reunião cumprimentando todos os presentes. Perguntou se alguém teria algo a opor quanto à Ata enviada por e-mail para leitura prévia, esta foi aprovada por unanimidade. O presidente apresentou a Sra. Ana Maria Malvezzi, coordenadora de extensão e de iniciação científica e Sra. Debora Agraz Nogueira, coordenadora das engenharias ambiental e de produção, que deram as boas vindas aos conselheiros, Sra. Ana Maria explicou que a São Judas Unimonte possui quatro grandes programas, um deles o de Meio Ambiente, com foco principal em recursos hídricos e resíduos. Já existem alguns projetos com a prefeitura, com resultados espetaculares, como o do bicicletário na Avenida Rangel Pestana, pensado pelos alunos de Arquitetura e

realizado com a prefeitura, e que a Universidade sempre leva em conta o cuidado com o entorno e aprendizado pela prática. Colocaram-se à disposição para todos os projetos com a Secretaria de Meio Ambiente e com o Comdema. O presidente agradeceu a cessão do espaço e a hospitalidade. Em seguida, informou que o regimento com modificações foi enviado por e-mail e convidou Dra. Patrícia para explicá-las. Ela agradeceu e explicou que vários trechos estão apenas sendo consolidados, já publicados por resoluções e leis municipais, como o parágrafo 7. Nos artigos 3º e 6º inverteram “propor e coordenar”. No inciso VIII foi acrescentado “inclusive com visitas técnicas”. Quanto à composição, será verificado pelo departamento jurídico se pode ser realizado pelo conselho ou apenas por lei. Sr. Zenivaldo lembrou que a denominação do departamento da Área Continental agora é denominada Subprefeitura. Sra. Elenilda disse que ainda não é conselheira, mas ressaltou que não está na pauta que nessa data aconteceria a aprovação do regimento. Foi explicado que está sendo discutido há várias reuniões, foi avisado por e-mail que seria a discussão para aprovação, as propostas dos conselheiros foram enviadas por e-mail, com prazo para serem inseridas na revisão pela Câmara Técnica de Legislação, que se reuniu para analisá-las e reenviou a todos com as devidas alterações. A seguir, no Artigo 4º, parágrafo 1º, fizeram a consolidação dos observadores especiais, com inclusão da CODESP e AGEM. No 2º parágrafo, foram determinados prazos para expedição de documentos em relação à mudança de biênio. No 3º parágrafo, o mandato dos Conselheiros passou a ter duração de dois anos, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro, permitida uma recondução. Por isso, o mandato atual foi estendido até dezembro e a posse dos representantes já indicados se dará em janeiro. Sr. Fábio/ASS disse que os novos representantes estão ansiosos para assumir e em seu entendimento seria legislar em causa própria, o presidente explicou que se não estenderem, o regimento seria contrariado, essa decisão é apenas para adequar ao novo período, para o próximo biênio iniciar-se em janeiro. Colocado em votação, 8 votaram a favor do biênio iniciar-se em janeiro: OAB, AEAS, Semam, Saptic, Seserp, Seduc, Sefin, Siedi. E 6 contra: ASS, Unimonte, CIESP, ACS, CET, Concidadania. Sendo assim, aprovado. Sobre prorrogar o atual mandato até dezembro, 8 votaram a favor OAB, AEAS, Semam, Saptic, Seserp, Seduc, Sefin, Siedi e 6 contra: ASS, Unimonte, CIESP, ACS, CET, Concidadania, ficando aprovado. Sr. Ibrahim sugeriu que não houvesse recondução, a votação foi unânime contra, permanecendo uma recondução. No parágrafo 7º, incluído: “A vaga resultante da aplicação do disposto no parágrafo anterior, ou em razão da desistência de membro deste Conselho, poderá ser preenchida por órgão, entidade ou grupo, da mesma categoria, através de convite do Conselho, após indicação e aprovação do Plenário, observando-se em caso de ONG, os requisitos em lei”. No artigo 11 foram inseridos incisos sobre “comissões especiais”. No artigo 12, na ausência do presidente e do vice-presidente, foi definido que presidirá a reunião o Coordenador das Câmaras Técnicas Permanentes. No artigo 13, as atas serão publicadas no Portal dos Conselhos e a convocação enviada por meio eletrônico. No artigo 15, “na falta do quorum previsto no caput, a reunião ocorrerá com os membros que estiverem presentes”. O Secretário de Meio Ambiente observou que as decisões sejam publicadas no Diário Oficial,

inclusive que as representações apresentadas estão garantidas. Em seguida, o presidente pediu desculpas ao palestrante pelo atraso e apresentou Sr. Wagner Ramos. Ele agradeceu e disse que trabalha ligado ao gabinete do prefeito e mostrou apresentação em vídeo sobre o projeto entrada de Santos, que conta com verbas do estado e do município, com apoio do Ministério das Cidades. Entre outros, explicou que a Av. Marginal será de mão única, em direção ao Porto e haverá ciclovias ligando Cubatão e Santos. Farão um novo viaduto chamado Novo Piratininga, um novo viaduto Anchieta, novo viaduto Martins Fontes ligado à Av. Nossa Senhora de Fátima e nova alça para o viaduto Alemoa. Apresentou imagens dos corredores de ônibus e do projeto, que prevê futuras intervenções, como túnel entre Zona Noroeste a Zona Leste, VLT, ligações a Praia Grande e túnel submerso. Destacou que o governo federal ainda não apresentou seu projeto, pela Codesp, que inclui a Av. Augusto Barata, Valongo, Alemoa. Citou que a área que possui questões ambientais já devia ter sido discutida. Explicou sobre obras de drenagens, pátio para estacionamento de caminhões e novas linhas ferroviárias. A etapa 1, que compreende implantação de corredores de ônibus, começou em maio de 2016, por conta das licenças ambientais, conseguiram licença da Cetesb e estão fazendo em etapas, 97% em execução, com valor de R\$ 48 milhões. A etapa 2 sofreu um atraso por demanda judicial de empresas, com previsão de janeiro de 2018 a novembro de 2019, 15% em execução, com valor de R\$ 52 milhões, e estão concluindo a ciclovias. Etapa 3, iniciada em agosto de 2018, prevista até dezembro de 2021, compreende viaduto da Av. Martins Fontes para Av. Nossa Senhora de Fátima, com valor de R\$ 72 milhões. Etapa 4, a ponte São Jorge, está aberta à licitação e a abertura dos envelopes será dia 28 de setembro, prevista de outubro de 2018 a outubro de 2020. O estudo inicial incluía um teleférico, mas após análise, o valor saltou de R\$ 57 para R\$ 242 milhões e optaram por corredores de ônibus. Explicou que o projeto foi elaborado com urbanismo, drenagem e acessibilidade, iluminação em led e que o projeto da ponte Rio São Jorge depende de desapropriação e de liberação de áreas da Marinha. No futuro, preveem um conjunto habitacional, Prainha 2. Existem questões a serem resolvidas para não haver inundação, previstos dutos subterrâneos e a Ecovias também fará obras de drenagem. Sr. Ibrahim elogiou e perguntou como será o acesso aos morros. Sobre arborização, criticou plantio de palmeiras que produz terpeno, que se transforma em ozônio, e sugeriu que busquem outra espécie e mais plantio em outros trechos da estrada. Sr. Wagner respondeu que o programa Santos Novos Tempos não é corredor de ônibus, existe outra verba para obras de drenagem sobre o leito de via de transporte público que já foi aprovado. Para o alargamento do Rio Casqueiro, a estação de bombeamento vai durar cerca de um ano, terão críticas, mas é preciso fazer passo a passo. O projeto está pronto, e a compensação de árvores removidas será de 10 por uma. As preocupações são as mesmas que as desse conselho, precisaram prever problemas inclusive com apoio de arqueólogos, contaram com apoio do Secretário Libório e equipes da prefeitura, com previsão de três anos para término. Tirou dúvidas sobre o sistema de comportas. Explicou que havia verba do Banco Mundial, mas pelas exigências, desistiram. Sra. Romilda perguntou sobre a ciclovias e ele explicou o desvio, ligando por um novo caminho. Sr. Dionísio pediu atenção ao

mangue e à remoção da fauna. O presidente agradeceu. Sobre o item 5, Sr. Marcio Paulo informou que no dia anterior, no Comitê de Bacias, foi aprovada a publicação do prazo para as entidades enviarem projetos, com prazo até fevereiro de 2019, não haverá prorrogação ou segunda chamada, são R\$ 3.600.000,00 por entidade. Entre os Comunicados da Secretaria, a secretária informou que os requerimentos da Câmara sobre árvores cimentadas e a publicação sobre o assunto, que deve ser direcionado à Seserp e serão multados pela Semam, foram enviados por e-mail. Em Assuntos Gerais, o Secretário disse que o Plano Diretor inclui política urbana, saneamento, itens ambientais que podem ser desenvolvidos no Comdema, sugeriu incluir na pauta da próxima reunião. O presidente disse que para efeito de pontuação do PMVA, contam as resoluções publicadas pelo Comdema e leu a proposta, que as escolas deem publicidade sobre a lei de canudos plásticos. Sra. Patrícia disse que o Comdema precisa de Políticas Ambientais como base legal, com elas, sim, terá competência para emitir resoluções, em sua interpretação, sem elas o Conselho não tem. Visando colaborar com o programa e o município, todos concordaram, mudando o termo "obrigar" por "recomendar". Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, para a lavratura da presente Ata, que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR

SANDRA CUNHA DOS SANTOS